

# Representações materiais do «Brasileiro» e construção simbólica do retorno

*M i g u e l M o n t e i r o*

O BRASIL, PRIMEIRO COMO COLÓNIA PORTUGUESA e depois como destino principal de emigração, configurou uma outra identidade de Portugal, prolongando afectos, encantos, magias e memórias decorrentes do que foram as trocas materiais e imateriais feitas no trânsito das pessoas, mercadorias, objectos e discursos.

Hoje, o Brasil é o destino do sonho para viagens de turismo em praias intermináveis, o lugar do reencontro com parentes e conterrâneos, a possibilidade de negócios, o encantamento das sonoridades e o lugar de gente com saudade da ancestralidade que nos recebe como parentes de vizinhanças antigas.

Portugueses e brasileiros amam-se ainda como herdeiros ciosos de bens imateriais comuns, inventando contendas de sucessores de memórias que se expressam na mesma língua, cujas raízes mergulham em projectos de homens da modernidade que marcaram a génese de um Estado, com a matriz num pequeno país europeu de escassos recursos económicos.

As dimensões continentais, a diversidade das belezas naturais, as riquezas e o clima levaram a que se produzissem discursos e se criassem as imagens que perduram e mantêm o fascínio de sempre pelo Brasil. Para Herculano citado por Belchior [1986], é o «Vasto Império», terra das *«produções quase espontâneas do seu extensíssimo solo regado por rios caudais que facilitam o trato do comércio»* e a produtora de *«génios e homens extraordinários»*. De entre as suas riquezas, o ouro foi a sua exaltação maior e, para o Barão de Eschwege, citado por Belchior [1986], *«o ferro é tanto em Minas que teria sido suficiente para abastecer o mundo»*. As riquezas infindáveis dos rios com seus cardumes de peixes, das espécies de árvores de fruto, das madeiras para os navios e das manadas de gado vacum constituem o preenchimento do imaginário descritivo do Brasil.

Se estes exemplos ilustram a ideia da dimensão construída das riquezas, a administração



colonial fez dividir o território em capitânias, reduzindo o Brasil a dimensões administrativas viáveis. Ao Governador Geral competiu garantir a unidade orgânica a um território com 8611 857 quilómetros quadrados, colonizado por um país que, no século XVI, tinha cerca de um milhão e duzentos mil habitantes, colocando, em todas as dimensões, um problema de escala.

Por outro lado, as diferentes representações da construção do Brasil têm encontrado sentido nas ideologias, nas fundamentações económicas mercantilistas coloniais, nas narrativas históricas exaltadoras dos heróis fundadores e dos feitos militares, associados a actos de heroísmo na «obra gigante» da epopeia portuguesa, distorcendo a visão que os brasileiros têm de Portugal e que os portugueses têm do Brasil.

A dimensão do feito levou Luís Barbosa, citado por Belchior [1986], a considerar a obra histórica de Portugal «tão monumental como a

*obra poética de Camões e tão indestrutível como a obra civilizadora do Gama».*

Será eventualmente pacífico considerar que a matriz da estrutura, organização e funcionamento do país colonizador conferiu princípios, forma e sentido a um país que se tornou independente em 1822, prolongando quadros normativos, valores e estruturas unificadoras do Estado brasileiro.

O Brasil foi o principal espaço dos intercâmbios culturais e civilizacionais promovidos pelos portugueses. Estes levaram, para este imenso território, soldados, lavradores e artífices, armas, sementes e instrumentos de ofício, desde o arcabuz ao arado, desde o pão ao arado. Foram os portugueses que levaram para o Brasil a cana do açúcar da Madeira, o café da Arábia e as palmeiras asiáticas das margens do Ganges.

Ao mesmo tempo que subiram os rios, os colonos edificaram nas suas margens povoa-

ções, vilas e cidades, repetindo no Brasil, de certo modo, o que o Império Romano tinham feito em Portugal nas lógicas de apropriação do espaço, usando os seus rios e as vias terrestres para a instalação de pequenos núcleos urbanos, administrativos e militares, tendo como sentido último o aproveitamento económico dos seus recursos caldeado na língua, na religião e suas ritualizações.

Simultaneamente, ao introduzir-se na alimentação novos produtos alimentares ameríndios, tais como o milho, feijão, abóbora e a batata, assistiu-se, em Portugal, a uma verdadeira revolução agrícola, com efeitos no aumento demográfico, reinventando-se, por isso, novos quotidianos para o mundo rural português.

Contudo, a lógica escravocrata, militar e mercantil, associada a um suposto respeito jesuítico pela diversidade cultural, conduziu a um novo desenho social, configurado no cruzamento étnico de índios, negros e brancos, que, nas palavras de Belchior [1986], constitui «numa admirável mistura de raças», fundindo mais tarde «germânicos, italianos, sírios e libaneses e japoneses que se caldearam com o sangue português».

O Brasil é definitivamente o país da diversidade cultural e étnica na procura do tempo em que se dignifiquem os Estados pela dimensão do heterogéneo e do que de particular têm os povos que os integram.

Como país de imigração, foram as estratégias e os constrangimentos no acesso à herança e sucessão da propriedade que determinaram as lógicas da emigração portuguesa no século XIX, enquanto que a reprodução dos lugares sociais promoveu o retorno de muitos a Portugal, utilizando novas expressões simbólicas em tempo de mudança de regime.

Durante a segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas deste século, é visí-



vel uma estreita relação entre a emigração, o retorno e as transformações arquitectónicas, sociais, económicas e culturais verificadas no Norte, não só pela diversidade dos protagonistas, das trajectórias pessoais e das transformações políticas, económicas como dos lugares de instalação em tempo de retorno.

### Lógicas de emigração, de retorno e de estratificação social

As referências tradicionais desenharam-se nas personagens identificadas com as casas e famílias de proprietários agrícolas, residentes nas velhas «vilas rústicas' — isto é, quintas — nas terras baixas» propiciadoras de vitalidades económicas e sociais, arquitectando lógicas de posse única da propriedade da terra e da casa.

Tais lógicas expressaram-se nas formas de herança privilegiada e sucessão, ameaçada pelas leis liberais, ao extinguir os prazos e morgadios e gerando estratégias de emigração, celibato, carreira académica e militar, como formas de preservação da unidade produtiva e dos estatutos sociais da família [cf. Brandão: 1994].

Em sentido idêntico, Araújo [1956: 29] defendia que «[...] a emigração dos filhos dos lavradores para as terras longínquas de Santa Cruz por não verem possibilidade de se constituir com independência económica daquela que haviam sido criados, e a sua substituição por mão de obra assoldada, fornecida por serviços vindos das freguesias da 'ribeira', que depois de encontrarem durante a adolescência uma alimentação farta à mesa do amo, casavam, davam o lugar a outros criados, e iam engrossar o caudal de pobres. Estes não possuindo réditos que lhes permitissem pagar as passagens para o Brasil, tinham de se resignar à situação de viver do produto de algum trabalho assalariado, do rendimento de algumas ovelhas e das migalhas da caridade».

A posse da casa, da propriedade agrícola e dos equipamentos complementares (moinhos,

alpendres, eiras, lagares, azenhas, levadas)<sup>1</sup>, constituiu o principal elo da estruturação social agrária, da emigração e de algumas das trajectórias de retorno, expressos nos investimentos agrícolas.

Por outro lado, a ampliação de alguns Solares, das casas agrícolas e das suas propriedades, devido à saída dos seus proprietários ou familiares para o Brasil e conseqüente importação de capitais, constituem as expressões materiais e simbólicas, num processo iniciado no século XVIII, «como factor de capital importância na economia minhota». É o Brasileiro «quem dá lustre aos brasões dos quase infinitos solares fidalgos, decaídos do esplendor antigo»<sup>2</sup>.

Foram já deixadas de lado as concepções míticas sobre o carácter aventureiro dos «Lusitanos». Contudo, a tradição científica dominante tem vindo a reproduzir a ideia de que a emigração para o Brasil era constituída, predominantemente, por indivíduos de estratos sócio-económicos desfavorecidos, que fugiram à condição de pobres, ou ainda aquela que no Brasil tem vindo a ser divulgada, que estes portugueses eram os condenados ou degredados.

Porém, no século XIX e primeiras décadas do século XX, formavam o grupo dos que emigravam para o Brasil os proprietários, agricultores e jornaleiros<sup>3</sup> (estes últimos, como filhos não-favorecidos das casas lavradoras, não constituíam, por isso, uma classe à parte)<sup>4</sup> correspondendo aos grupos sócio-profissionais médio e alto.

Simultaneamente, a análise do retorno de sucesso, visto nos seus efeitos, levou-nos a deduzir da existência de relações entre o espaço social ocupado pela família de origem e o retorno, como estratégias de conservação e reafirmação do estatuto de proprietário<sup>5</sup>, passando numa primeira situação de permanente «vai e torna», para o regresso definitivo a Portugal ou pela ausência definitiva.

A emigração para o Brasil aparece como um dos fenómenos sociais mais relevantes do século XIX e primeiras décadas do século XX, que se diferenciou no género, idade, estado civil e estatuto social dos actores, apresentando variações no tempo.

O fenómeno acompanhou a conjuntura económica brasileira e as transformações estruturais ocorridas em Portugal, manifestadas no quadro das reformas administrativas, no reforço da estrutura viária com a construção de pontes, estradas e do caminho de ferro, no aumento da circulação de pessoas e mercadorias e na instalação das primeiras indústrias. Consequentemente, surgiram efeitos na estruturação social, na expansão das cidades, para além dos velhos limites medievais, ultrapassando as fronteiras muralhadas, na assunção das vilas como centro político e administrativo. Reforça-se a função simbólica dos novos agentes do poder político, vistos como homens livres e iguais perante a lei, nos novos identificadores de hierarquia, associados à instrução, ao vestuário, arquitectura e decoração das fachadas e no mobiliário, reflectindo o transito de modelos e a interculturalidade burguesa. Finalmente, valoriza-se a classe dirigente local, que procurava novos sinais de distinção nos novos indicadores de estatuto, legitimadores da nova ordem político-administrativa, primeiro liberal e depois republicana, nas quais se destaca a presença dos «Brasileiros», dos «Torna-viagem», e dos seus descendentes.

### As marcas do retorno: espaços e fronteiras

O Norte de Portugal é o lugar das principais evidências da saída e do retorno do «Brasileiro», observando-se as representações desse tempo, particularmente, nessa personagem e nas casas, dado que com os primeiros lucros do Brasil o emigrante com sucesso regressava à terra para

ampliar a casa-mãe ou construir uma nova e, segundo Figueirinhas [Costa: 1900], «cobrir de arrecadas as irmãs queridas e a continuar; aqui, a vida laboriosa que nas terras do Brasil foi a sua glória».

Os que o viram partir reconheceram nele os efeitos de uma dinâmica económica nova e de uma abundância estranha aos homens do Norte de Portugal e, ainda segundo o mesmo autor, foi «ele quem faz arrotear os montes, agricultural os campos, podar as vinhas, levantar as elegantes ramadas. [...] Promovendo o progresso agrícola, dando nas suas quintas o exemplo da cultura inteligente, espalhando dinheiro a juro, não só beneficia as populações com seu exemplo e com seu labor, como exerce uma importantíssima função económica suprimindo a falta de estabelecimentos de crédito».

No entanto, a representação mais evidente do «Brasileiro» ficou particularmente marcada na paisagem arquitectónica das cidades, vilas e aldeias do Norte de Portugal, dado que, no século XIX, foi a época em que se verificou o retorno do emigrante português enriquecido no Brasil.

As vilas receberam as novas elites que davam sentido aos novos ideários políticos e os «Brasileiros» aí estavam a ocupar os lugares públicos que foram dos seus ascendentes, agora reforçados por constituições, códigos, decretos e deliberações municipais. Aí se forjavam sentidos de descendência, na colocação em lugares na administração pública, para gente que vivia de rendimentos e que fazia das cidade de Lisboa e do Porto o lugar de eleição para demoradas estadias instalados em hotéis ou procurava a sua residência definitiva.

Podemos encontrá-los na liderança das primeiras agremiações de interesse social, nomeadamente nas confrarias e nas Irmandades da terra. No Clube, discutiam as últimas novidades chegadas da Europa e o calor da política incen-

Casa rural apalaçada. Fafe. Fotografia de Miguel Monteiro, 2000.



diava paixões com raiz nos ideários liberais maçónicos e se fazia política, tecendo estratégias de poder.

No teatro, que mandou fazer mesmo no centro da vila, exhibia o seu gosto pelas artes e o desejo de promover-se e promover a cultura, completando, na época, os elementos de cultura necessária a este grupo social formado de emigrantes do Brasil, que se destacou do conjunto da população rural local.

A imprensa local e regional da época dá notícia das obras filantrópicas do «Brasileiro» que promoveram, das ideias que defenderam e do partido que tomaram no tempo em que a queda de um governo era vivido como uma revolução.

Os recursos financeiros dos capitalistas tomam, nas vilas, importância peculiar por se constituírem, quase exclusivamente, de capitais dos «Brasileiros de torna-viagem» que publica-

mente se assumem como comendadores. São os edificadores das primeiras indústrias instaladas junto aos ribeiros e em inesperados lugares em tempos de energia a vapor.

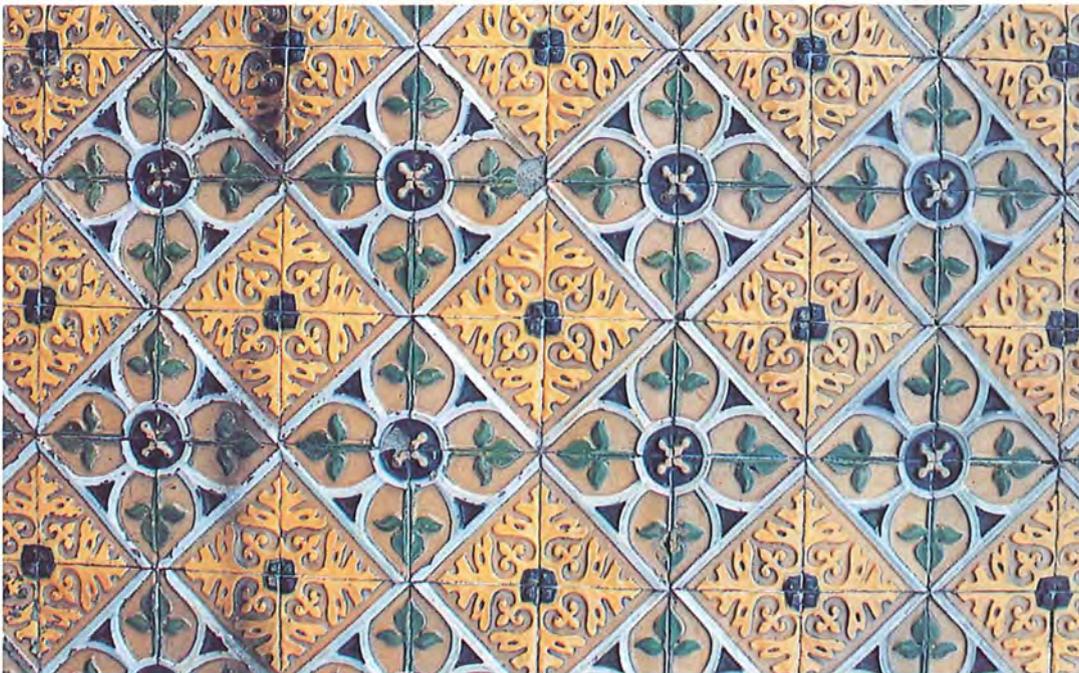
Nas fachadas dos Hospitais, Asilos, Escolas e Teatros encontramos ainda o nome dos que os construíram e nos bustos, o rosto da filantropia benemérita ao serviços da instrução e da pobreza como actos com sentidos de distinção individual e vínculos às origens.

Nos cemitérios poderá ver-se aqueles que optaram por mandar fazer uma capela de granito fino ou escolheram uma elegante coluna para implantar o seu busto e detectar o sentido ideológico das suas vidas: católico, ateu e maçom.

Os sinais de retorno de sucesso e as marcas expressas nas novas formas de capital social, cultural e simbólico, faz dele o centro da paisagem social.



Palacete revestido a azulejo e pormenor. Fafe.  
Fotografias de João Pinto, 2000.



Uma personagem que circulou num tempo que ainda se expressa amarelecido em postais com remetente de várias regiões do Brasil, que testemunham a vida de homens viajados e cultos.

### Marcas arquitectónicas de retorno

Orlando Ribeiro [1991: 109] diz-nos que as casas do Norte «são bem acabadas de pedra aparelhada, com dispositivos para proteger a cobertura de colmo. Aqui e além, levantam-se construções maiores, dispostas à roda de um pátio interior; para onde se abrem por uma varanda corrida; são as casas de lavoura, muitas datadas do século XVIII e hoje em declínio, onde pode ler-se, nos ornatos dos beirais, nas molduras das janelas ou nos balcões e alpendres da porta principal, uma preocupação de elegância sóbria e digna. O ouro do Brasil sustentou esta fugaz prosperidade».

Outra visão da casa do lavrador é-nos dada por Araújo [1956: 29] a «casa para bem pouco servia portanto, pelo que eram mínimas as exigências que se lhe impunha. Ainda hoje se diz com certa ironia que 'quando um filho de lavrador se casa, se varre uma corte'. De facto bastava um pardieiro granítico de paredes ensolsas por cujas frestas se via reluzir a manhã, assapado debaixo de tosca cobertura de colmo que tanto tornava o frio como abrigava do calor e da chuva, e uma porta de acesso para a cozinha térrea que ao lado tinha outro compartimento soalhado onde se arrumava uma ou duas camas e se guardava a tulha do grão e a arca do bragab».

A casa rural servia tradicionalmente as funções agrárias: abrigo dos animais, guarda dos excedentes agrícolas, de alfaias e dos fenos e, a casa de seus proprietários, numa convivência íntima hoje surpreendente.

Se as casas mais modestas das cidades históricas brasileiras, pela continuidade e equilíbrio construtivo, dão sentido aos modelos isola-

dos que conhecíamos em Portugal, as dimensões ampliadas das fachadas, a configuração das mais notáveis, levaram a que Oliveira e Galhano [1986: 28] dissesse que aquelas que se vêem em Portugal «não são possivelmente formas portuguesas que foram levadas para uma terra de povoação recente, mas pelo contrário, produtos elaborados nesse país de ricos contactos e relações de culturas, e trazidos para Portugal pelo veículo do emigrante de retorno, que no seu desejo de ostentação, repete na sua terra aquilo que aprendeu onde se fez grande».

De entre os emigrantes que no século XIX saíram directamente do espaço rural para o Brasil, ou depois de colocados como aprendizes de caixeiro na cidade do Porto, muitos regressavam a Portugal. Após uma longa aprendizagem e vivência no cosmopolitismo brasileiro, onde se fazem homens de negócios e apreendem o sentido da urbanidade, constroem uma casa no lugar de origem, na Vila sede dos Concelhos Novos, dividindo-se entre as vivências nas cidades de Lisboa e Porto, acabando muitos deles por se instalarem definitivamente naquelas cidades que se aproximavam do modelo com o qual se identificavam [cf. Jorge Alves: 1994].

O Brasil, na segunda metade do século XVIII e durante o século XIX, foi o lugar propício para a acumulação de fortuna e o laboratório para o que veio a ser a ampliação de pequenos e modestos Solares do Minho, a construção das novas vilas e a ampliação das cidades.

A casa do «Brasileiro de Torna-Viagem» constituiu uma das representações mais evidentes do retorno, quer na estrutura e fachada das edificações, quer nas novas demarcações internas, dividindo espaços e pessoas, evidenciando novas hierarquias e novas fronteiras sociais.

A cidade do Porto, nos séculos XVII, XVIII, XIX e primeiras décadas do século XX, foi marcada por uma ocupação intensiva do espaço com edificações civis, num processo contínuo,



Casa apalaçada e pormenor do seu beiral de cerâmica. Fafe. Fotografias de João Pinto, 1999.



surgindo, nos dois últimos séculos, os edifícios que vieram a ser designadas de casa do «Brasileiro», (aquelas que foram construídas pelo «Brasileiro», que Eça de Queirós [1978: 87] define como «*não o brasileiro brasílico, nascido no Brasil — mas o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico do Brasil*»), sem provocarem distorções significativas, nem reacções de vulto.

Por outro lado, nas mesmas épocas, observava-se um processo semelhante noutras cidades do Norte, ainda que a construção e tipologia das edificações no século XIX, nas Vilas e no espaço rural, constituam objecto de maior atenção já que tipificaram essa personagem caricaturada na literatura e a ideia de um «estilo» — a casa do «Brasileiro».

Para Jorge Braga [1986: 7] «*as inovações arquitectónicas e decorativas da casa do Brasileiro representarão, na maior parte dos casos, uma reprodução 'desfocada' de soluções formais de uma arquitectura 'elegante' adoptada na construção residencial brasileira a partir de meados do século XIX mercê da actividade de arquitectos e companhias de construção europeias: um modelo onde pontuam influências da casa colonial victoriana, soluções formais afrancesadas, misturadas com algum revitalismo de cariz italiano*».

O Porto, cidade em que o «Brasileiro» está fortemente representado, no século XIX, «*assiste a grandes mudanças e fenómenos sociais, e a um intenso e complexo fenómeno de urbanismo já muito diversificado*» [Oliveira e Galhano: 1986, 28]. Deste modo «*o Porto velho [...] acabou por se estender pelo planalto, com o seu casario dominado por torres de importantes igrejas, tanto nos bairros construídos por ingleses [...] como por brasileiros, retornados e enriquecidos pela emigração*» [Ribeiro: 1991, 146].

A cidade era assim o lugar privilegiado para o retorno dos que possuíam projectos de investimento comercial e continuação de urbani-

dade, sendo a sua figura o referente de uma nova existência social e simbólica, a qual lhe oferece o estatuto correspondente a uma nova vivência económica.

A ideia prevalecte de que a construção das edificações sempre estiveram dependentes do livre arbítrio do proprietário «Brasileiro», o que justificaria o exotismo da arquitectura e sua implantação, perde consistência face à existência de normas que regulavam a construção das edificações. João Emílio dos Santos Segurado em «Edificações» para além das orientações arquitectónicas, faz a transcrição na íntegra ou resume algumas das leis portuguesas, regulamentos e congéneres brasileiros relativos à construção de edifícios, nomeadamente a lei de 31 de Dezembro de 1864, o código civil de 1 de Julho de 1867 em todas as disposições gerais relativas ao direito de propriedade, o decreto de 24 de Outubro de 1901, bem como o Regulamento de Salubridade das Edificações, aprovado por decreto português de 14 de Fevereiro de 1903 e o Regulamento para a Construção, Acréscimo e Consertos de Prédios (decreto n.º 391 de 10 de Fevereiro de 1903 do Brasil).

O seu interior passa agora a demarcar-se em compartimentos ou divisões para recepção ou de visita, os quartos, as casas de uso comum, as casas de serviços e as serventias para comunicação dos diversos aposentos, cuja distribuição passa a obedecer a regras, conforme a dimensão e importância da casa.

Ditavam aquelas orientações que a casa de jantar ficasse próxima da casa de estar e da sala, bem como da cozinha; o salão deveria ficar próximo do vestíbulo ou de uma antecâmara; os quartos de vestir e a casa de banho perto dos quartos de dormir, do guarda-roupa e da escada de serviço. A comunicação entre os diversos aposentos poderia fazer-se através dos vestíbulos ou antecâmaras, donde resultava que houvesse casa de passagem, ficando excluída a pos-

sibilidade de qualquer trânsito através das salas, da casa de jantar e dos quartos de dormir. A existência de corredores nas casas facilitava a circulação e permitiam que se tornassem o mais possível as casas independentes.

No que se refere à sua distribuição espacial, as casas de receber deveriam implantar-se do lado da rua principal e as de habitação propriamente dita do lado oposto.

Mandavam as mesmas orientações que em Portugal os quartos de dormir tivessem no mínimo 25 metros cúbicos por pessoa, sempre com janela e com exposição ao nascente, ficando proibidas as alcovas. No Brasil exigia-se para os quartos de dormir que a cubicagem mínima fosse de 32 metros.

Dizia-se ainda nas orientações arquitectónicas que, junto aos quartos de dormir, houvesse quartos de vestir ou *toilette* e casa de banho e que as retretes ou latrinas ficassem também próximo dos quartos de dormir.

Se às casas de jantar, nos palácios, é dada grande importância, tendo, por isso, dimensões maiores, nas restantes tipologias reduzia-se a uma *sala de mesa*, onde se tomavam as refeições, em comunicação directa com a casa de estar, com ampliação maior e de decoração mais apropriada, ficando aquela como que a dependência natural desta última.

A cozinha era a principal *casa de serviço*, umas vezes situada no subterrâneo ou rés-do-chão, outras vezes, devido aos cheiros, era colocada no último andar. Existiam ainda as casas de costura, de lavar, de engomar, os quartos dos criados, por vezes com serventia especial.

Das serventias constavam os *corredores*, as *galerias*, as *antecâmaras* e as *varandas*. Nas casas grandes, na antecâmara existia um *vestiário* com cabides para deixar os chapéus, casacos, capas, bengalas, guarda-chuvas, etc.

Existiam ainda, como dependências: a *cavalaria*, a *casa dos arreios*, os quartos para o pes-

soal respectivo, separado da habitação propriamente dita. A *cocheira* era destinada ao alojamento das carruagens e automóveis.

As demarcações espaciais da «nova» casa foram criadas no cosmopolitismo urbano europeu e brasileiro, e tiveram, nos emigrantes de retorno, os principais agentes da sua divulgação em Portugal, promovendo, deste modo, a afirmação de uma nova classe social, que se distingue na vida pública e demarca o espaço privado.

No que se refere à representação das fachadas, estas casas apresentam-se rebocadas e caiadas, ou cobertas com azulejos, estando presentes as cores do Brasil, com beirais de faiança, varandas estreitas com guardas de ferro forjado ou fundido, platibandas decoradas, lanternins, clarabóias e estatuetas, átrios decorados com azulejo, escadarias de madeiras preciosas, tectos de estuque, portas e janelas altas encimadas por bandeiras com vitrais coloridos, lustres de cristal e delicados móveis e porcelanas.

As portas são de belas almofadas entalhadas, pintadas a branco e ouro, com «espelhos» de madrepérolas ou marfim; as vidraças, com bandeiras, possuem desenhos; fogões de mármore famosos; lustres de cristal; jóias e pratos de valor, delicados móveis e porcelanas inglesas ou orientais, bibliotecas ou colecções valiosas, uma mesa farta e cuidada, vinhos afamados — tudo isto testemunhando, nesses níveis mais altos, um viver «brasileiro» em casa burguesa.

O seu interior leva-nos a lugares de encanto que preenchem as salas de mobília rica: um canapé de palhinha e seu jogo de cadeiras, uma secretária de cerejeira envernizada e, pelas paredes, bilhetes-postais com vistas do Rio de Janeiro, uma oleografia e litografias coloridas. O piano ou bilhar compõe o cenário.

Noutras, a simplicidade utilitária contrasta com as madeiras preciosas, de paus do Brasil,



rosa ou cetim, ou em finos estuques testemunhando influências inglesas.

As representações feitas através da localização, da arquitectura e da decoração das fachadas de casas constituem alguns dos elementos que configuraram a personagem do «brasileiro» e a teatralidade do seu tempo.

As conotações de carácter subjectivo construídas a partir de um modelo arquitectónico do século XIX e primeiras décadas do XX e de uma personagem ficcionada nos clássicos da literatura, não tiveram em conta uma adequada fundamentação histórica e sociológica.

A expressão «Brasileiro» deverá ser interpretada ao nível dos sentidos atribuídos pela linguagem literária, dos quais se pode inferir os referentes sociológicos que estão na origem de uma personagem que teve existência real e se apresenta como uma construção simbólica do que de novo

surge, como vivência económica e social do século XIX e primeiras décadas do século XX.

#### As casas verticais urbanas

Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano [1986], comparando a arquitectura do Porto com a do Recife, propõem-nos uma visão do que foi a evolução das estruturas edificadas nestas cidades, no período moderno e contemporâneo, classificando as tipologias observadas em duas categorias: uma de tipo vertical e outra horizontal ou palácios.

A primeira tipologia constitui uma solução de continuidade estrutural desde o século XVI. Esta solução apresenta-se, no século XIX, com uma fachada e interiores enriquecidos, localizadas nas áreas de expansão da cidade. A segunda, localizada no século XVIII, prossegue no século XIX, em tempos de retorno do «Brasileiro».



Propomo-nos, com base naquele trabalho, olhar a arquitectura e demarcar outras tipologias nesta cidade e em outros espaço urbanos, bem como nas vilas e aldeias do Norte: a casa apalaçada e o palacete.

As casas de tipo vertical, também designadas de estreitas e esguias, aparecem situadas umas ao lado das outras, ao longo de todas as ruas, com três ou quatro andares, com apenas duas ou três janelas de frente, constituindo o grupo predominante e a solução de implantação de continuidade típica dos burgos de raiz medieval.

Estas casas correspondem ao modelo que sempre resolveu, ao mesmo tempo, as questões da natureza funcional, servindo de estabelecimento comercial ao nível do rés-do-chão e de residência nos andares superiores. É a casa

popular burguesa, com duas portas: uma para o acesso à residência e outra para acesso à loja, existindo uma interior de comunicação aos dois sectores e que chegou às primeiras décadas do século XX.

Uma outra tendência desenvolve-se, no século XIX, com o desaparecimento da função comercial, valorizando-se, exclusivamente, a de residência. Estas casas ficam mais distantes do centro cívico tradicional, principalmente aquando da abertura de novas ruas, praças a jardinadas e passeio público, criadoras de novas centralidades urbanas, mantendo, contudo, as mesmas características, devido às reduzidas dimensões dos quintais particulares que circundavam a cidade.

A aceleração da actividade comercial, financeira e o aumento dos serviços, ocorridos na

década de setenta do século XIX, além de ter funcionado como atractivo demográfico, particularmente de emigrantes de retorno definitivo do Brasil, expressa-se no enriquecimento da composição decorativa das fachadas, mantendo, e por vezes acentuando, o sentido da verticalidade dos edifícios. Apresenta, no entanto, uma gramática estrutural semelhante: uma varanda acima de um falso beiral ou cornija, destacando-se um grande conjunto de motivos decorativos e orgânicos — molduras, pilastras, óculos, nichos, mísulas, entablamentos, cachorros de varanda, beirais e algerozes.

Nestas casas verticais habitadas por uma burguesia, cada vez mais exuberante, as fachadas acentuam o ritmo vertical, com belas cantarias lavradas como nos solares joaninos, beirais de faiança e átrios de azulejos com escadarias de pedra terminando em belos modilhões ao gosto seiscentista. Outros edifícios aparecem com fachadas simplificadas, desaparecendo os motivos ornamentais. As varandas reduzem-se a uma pedra linear, acentuando a verticalidade com pilastras de pedra a toda a altura do edifício. Outras marcadamente horizontais, inscritas na estrutura da rua e limitadas por aquelas, seguem o mesmo sentido estético.

#### **Os palácios, casas apalaçadas e palacetes**

Os palácios apresentam fachadas amplas, numerosas portas e janelas, linhas horizontais, compostas por rés-do-chão, andar nobre, e *mezzanino*, ou piso suplementar de serviço onde são visíveis artifícios arquitectónicos que os mascaram. Estes palácios são raros e bem individualizados, aparecendo no meio da solução vertical urbana, mas principalmente no limite das cidades e nas antigas vilas.

O palácio é a casa nobre, originária duma classe poderosa e terratenente, que transfere o conceito da casa senhorial do campo, nas suas características de largueza de espaço, afirmação

de prestígio e domínio, para a cidade, fazendo da sua residência uma espécie de solar urbano à beira da rua.

Estes edifícios, não sendo em grande número, tanto nas cidades como nas vilas, apresentam-se quase sempre demarcados e murados com gradeamentos de ferro, dando directamente para a via pública e as partes posteriores e laterais para um jardim, cercado de muros altos, com as árvores exóticas, caramanchões e estátuas, como elementos de um cenário, com entrada delimitada por portões com guardas de ferro.

Camilo, em *Eusébio Macário*, dizia que nas ombreiras dos portões surgem «*as armas fundidas, de saliências arrogantes, entre os dois molossos de dentaduras anavalhadas minazes como todos os bichos de heráldica*».

Esta solução arquitectónica, construída entre os anos de 1850 e 1870, assemelha-se, em muitos dos seus elementos, aos palácios nobres: apresenta frontões, em tímpano perfeito, truncado ou imperfeito, ou falsos frontões, incluídos na estrutura do edifício e completando a linha das suas fachadas. Estas fachadas são lisas e rebocadas a branco, desaparecendo praticamente os motivos ornamentais, com varandas reduzidas a uma pedra linear, pilastras de pedra, verticais, a toda a altura do edifício.

Se alguns valorizam a horizontalidade, outros procuram a proporcionalidade entre o comprimento e altura, buscando alguma harmonia, marcada pelos eixos das portas, janelas, eixos das pilastras divisórias e divisão horizontal em andares. Nestas, o comprimento procura aproximar-se da altura, em corpos por pilastra, mais ou menos salientes.

As divisões dos edifícios fazem-se, normalmente, em três corpos: um central e dois laterais (sendo o central mais comprido ou curto e saliente ou reentrante). Quando a divisão das fachadas não se faz por corpos, a separação é feita por



Palacete Arte Nova. Fafe.  
Fotografia de João Pinto, 2000.

pilastras de pequena sacada, que se correspondem nos diversos andares, dando a ideia de robustez aos cunhais e à parede da frente. A divisão vertical em partes iguais aumenta a importância do edifício.

No espaço rural e nas Vilas reduzem-se a uma estrutura e decoração simples, ganhando alguma amplitude e grandiosidade, face ao espaço e aos modelos tradicionais envolventes, destacando-se pelo número de janelas altas, com bandeiras de desenhos e fachadas lisas.

No interior, além da sala de recepção, há outros espaços que lhe ficam contíguos, tais como: a sala de fumar, sem comunicação directa com a de visitas; a sala de bilhar; a sala de jogo, de conversação e de música; o escritório ou gabinete para receber as pessoas de negócios.

A iluminação natural era feita por largas clarabóias decoradas em finos estuques e tectos de caixotões barrocos, de castanho, geralmente decorados com pinturas ornamentais e as paredes forradas a tecidos aveludados.

A casa apalaçada, normalmente designada pelos proprietários pelo nome de «Vila» a que acrescentava o nome da sua própria mulher, não sendo um palácio na estrutura clássica, é larga e ampla e com forte sentido individualizante, construída nos limites das cidades, dentro das vilas e no espaço rural. Apresentam fachadas amplas, numerosas portas e janelas, linhas horizontais, compostas por rés-do-chão, andar nobre, e *mezzanino*, ou piso suplementar de serviço, outras vezes acentua-se fortemente a verticalidade, onde são visíveis artifícios arquitectónicos que a mascaram.

As fachadas, umas vezes aparecem lisas ou revestidas a azulejo, outras ajustadas aos limites das vias e ainda outras vezes recuadas. Nestas, a fachada principal dá directamente para a via pública e as laterais e posteriores para um jardim, pátio, parque ou quinta adjacente, onde se

destacam as palmeiras como símbolo da vivência no Brasil.

Em certos casos procuram uma certa proporcionalidade nem sempre conseguida, tornando-se por isso monótonas à vista, pelo que, algumas vezes, as varandas procuram aumentar a largura aparente e outras vezes as pilastras procuram acentuar a verticalidade. Noutros casos ainda, os terraços decorados interrompem a sua verticalidade.

O palacete é edificado nas primeiras décadas do século XX e, referido na época como a casa de campo, constituiu o objecto arquitectónico mais interessante, dado que, quer no Brasil, quer em Portugal, não podia ser construído dentro da cidade.

Desobedecendo às normas que definiam a tipologia clássica para a marcação das simetrias das fachadas, o palacete apresenta-se com quatro fachadas, num exercício extremo de simetria, dando ao edifício uma forma quase cúbica. Outras vezes, marcado numa base de assentamento quadrado, a assimetria das fachadas é acentuada por torres e minaretes que lhe dão verticalidade estrutural gótica.

A Casa Apalaçada e o Palacete aparecem ladeados por um parque ou jardim vedado com portões de ferro, arborizado, ricamente ornamentado e decorado com lagos, painéis de azulejo e estátuas.

O jardim torna-se exótico com «*estátuas de louça, os alegretes de azulejo, os arcos feitos de cana, por onde se entrelaçaram magras trepadeiras*». Estes jardins tinham «*mais fama, naquelas aldeias vizinhas, do que os jardins suspensos de Babilónia*»<sup>6</sup> e «*um pequeno modelo de fragata brasileira, com tripulação de altura dos cestos de gávea, flutuante num tanque circular; uma gruta estucada de azul e com assentos de palhinha, para onde vinha ler [...] eram as principais maravilhas do jardim*», nas descrições de Júlio Dinis [1964: 137 e 224].

## Dimensões espaciais e simbólicas do retorno

Hoje perdemo-nos por entre imagens cinzentas dos novos objectos urbanos disformes, nos ruídos e fumos empacotados em falsas velocidades. Ao lado, ficam os lugares suaves e adormentados do passado. Por caminhos abandonados, repousam ainda ignorados alguns pequenos recantos onde assenta a memória e a alma dos que os habitaram, onde se espelha a matriz de um povo de emigrantes.

Percebem-se na paisagem os horizontes que foram novos na paisagem com a chegada dos primeiros comboios presos a carris de ferro, nas estreitas vias rasgadas em sinuosos e demorados trajectos, que outrora foram o símbolo de gente viajada.

Nas aldeias do vale, junto às vias de comunicação e nas antigas Vilas do Norte, são ainda claramente visíveis as evidências materiais e simbólicas dos «Brasileiros» de retorno. Tais evidências são a consequência explícita dos investimentos feitos em tempo de «vai e torna», ou no seu regresso definitivo, principalmente dos que emigraram nas primeiras décadas de trinta do século XIX.

Outros lugares privilegiados para a construção da casa do «Brasileiro» eram as Vilas Novas, sedes da nova administração liberal, localizadas em sítio de passagem e circulação, que tinham a sua matriz fundadora em lugares de feira ou cruzamento de vias.

Depois de uma longa estadia no Brasil, regressavam com sucesso: eram filhos de proprietários, que confirmam, reproduzem e reforçam os estatutos sociais dos ascendentes, instalando-se na freguesia de origem, deslocando-se outros para a Vila. Aqui os novos modelos arquitectónicos e o empenhamento na vida política, reflectido nos acesos combates, testemunhados na imprensa local, são sinais de retorno de sucesso e marcas de novas formas de capital

social, cultural e simbólico, que faz dos «Brasileiros» o centro da paisagem, reflectida na vivência de frequentadores de casinos, praias, termas, cafés e teatros, como homens que fazem do ócio a expressão de um novo estatuto social.

Na segunda metade do século XIX, as vilas ganham uma acrescida importância, iniciando uma configuração urbana marcada pela abertura de novas ruas e praças, bem como pela disposição e modelos das novas edificações. A estruturação e o desenvolvimento urbano estão intimamente ligados, quer à implantação do liberalismo, quer à República, dado que o capitalismo liberal facilitou a acumulação e circulação de recursos financeiros disponíveis. A república municipalista estimulou a acção e a iniciativa dos cidadãos para a participação autárquica e a promoção de iniciativas cívicas, continuando o processo de desenvolvimento liberal *«o elixir da fortuna a remoça deveras; as construções particulares aí estão em abundância para o comprovar; tanto mais que se lê o sorriso da abastança alegre, que deve animar a fisionomia dos seus proprietários»* [Vieira: 1886, 567].

Os recursos financeiros dos capitalistas tomam, nas vilas, importância peculiar por se constituírem, quase exclusivamente, de capitais dos «Brasileiros de torna-viagem» que publicamente se assumem como comendadores. São os edificadores de palácios, casas apalaçadas, palacetes, das primeiras indústrias e possuidores de um espírito filantrópico que os leva à construção de edificações cívicas: Hospitais, Asilos, Escolas, Igrejas, Passeios Públicos, Teatros.

Nos jardins públicos, com aspecto híbrido de alameda e jardim privado, delimitados por grades de ferro, apoiadas em pilares de pedra e encimados por pirâmides ou outros motivos decorativos, encontra-se o lago sinuoso, um coreto e o romantismo a circular por entre cantos de flores.

No que resta deles sente-se o paladar de estar nos altares silenciosos e restritos de burgueses, como lugar das evidências do retorno do «Brasileiro» e nos bancos de jardim, mictórios e candeeiros de iluminação o que foi o mobiliário urbano, que decorou as ruas, jardins e parques.

Nesses mesmo lugares, hoje preenchidos de novos objectos arquitectónicos, reencontramos, ainda nos mesmos lugares, os símbolos de um século novo; as casas dos brasileiros, onde permanecem imóveis e silenciosas «no sítio onde nasceu» o seu proprietário.

É o caso de Francisco Leite Lage, nascido em 15 de Agosto de 1814, na freguesia de Cepães, Fafe. Emigra no dia 4 de Julho de 1827 para o Rio de Janeiro, onde chega a 1 de Agosto de 1827, depois de ter sido «tomado» pelos corsários. Dirige-se à casa do primo António de Castro Leite, para quem levava cartas de recomendação. Depois de caixeiro em casa de secos e molhados, emprega-se numa casa de couros. Conhece a experiência de trabalhar para uma sociedade onde um dos sócios é o seu irmão, que lhe impôs que, a partir daquele momento, o tratasse por senhor António e este o trataria por senhor Francisco. Posteriormente, vem a ser sócio do irmão e, por último, empresário por sua única conta. Em 1860, vende a casa comercial, tendo o comprador ficado a dever 9.600\$000 réis. Permanece, ainda, senhor das rendas do prédio, o que constituirá rendimento suficiente para viver decentemente o resto da sua vida, segundo as suas palavras.

*«No dia 28 de Setembro de 1861 começaram as pedreiras a quebrar pedra para as obras da casa da Lage. No 25 de Outubro fui para o Porto e de lá para Lisboa passar o Inverno, deixando meu irmão José encarregado da pagar aos pedreiros todas as semanas.*

*No dia 5 de Novembro saí do Porto para Lisboa na Mala-Posta às 7 da noite [...] Passei em Lisboa todo o Inverno e no dia 9 de Abril voltei*

*para o Porto onde me demorei até 19, Sábado de Aleluia e nesse dia segui com meu primo Costa Leite para Guimarães e de lá para Cepães onde chegamos de tarde, passando a Páscoa com a família. No dia 21 Abril de 1862 mandei abrir os alicerces para assentar a pedra que estava pronta. Ainda fui para Lisboa os Invernos de 1862 e 63, enquanto os pedreiros iam aprontando a pedra para as minhas obras, as quais, em 1866, no fim de 5 anos, isto as do Norte, pois mais tarde também mandei fazer as do lado Sul, ou da Igreja, para reserva das minhas irmãs, e casas para o caseiro, alpendre e eira, o que levaram 2 anos a fazer, começando em 1868 e terminando em 1870»<sup>7</sup>.*

Estas edificações foram localizadas em lugares onde ainda podemos observar muitas delas, andando «nil passos na quebrada encosta, nos sai de rosto» [Dinis: 1964, 137]; em sítios «discretamente escondidos na verdura das áleas» [Braga: 1958, 97]; situadas «à beira da estrada, símbolos de um século novo, as casas dos brasileiros» [Braga: 1958, 97] e «no sítio onde nasceu» o seu proprietário [Dinis: 1964, 137].

É no centro da aldeia, no caminho que nos leva à Vila e nela própria, onde se podem ver os sinais de uma arquitectura urbana.

As figuras de estilo, presentes nos textos literários, construíram a desclassificação dos proprietários que fizeram implantar na paisagem um novo modelo arquitectónico, bem como o estatuto dos seus possuidores que alguns escritores entendem desajustados: «ali estavam [...], à beira da estrada, símbolos de um século novo, as casas dos brasileiros» [Braga: 1958, 97].

É na estrutura, nos materiais utilizados, nas dimensões e na decoração, próprios do espaço urbano, mas inadequados ao ambiente rural, que Camilo, em *Eusébio Macário*, nos descreve aquelas edificações, apresentando-as como «um belo palacete com portões de ferro ao lado, mirante, platibanda de granito» [Dinis: 1964,

137], como «*uma casa grande, de cantaria e azulejo, com três andares e varandas*» ou ainda configuradas com um «*cubo de alvenaria com enfeites de ripa e latão*» [Braga: 1964, 137] sempre evidenciando um sentido surpreendentemente exótico, desajustado do espaço e da sua natural vocação agrícola.

Este tipo de construções sugeriu leituras de classificação negativa: «mau gosto» ou de «gosto duvidoso», que decorrem de descrições de Camilo, em *O Senhor de Paço de Ninhães*, como esta: «*Vão-se os olhos naquilo! Esta maravilha arquitectónica devem-na as artes ao gosto e génio pinturesco de um rico mercador que veio das luxuriantes selvas do Amazonas, com todas as cores que lá viu de memória e todas aqui fez reproduzir sob o inspirado pincel de trolha*».

O dito mau gosto da casa do «Brasileiro» era ainda reforçado, pelo mesmo autor, pelo facto de a casa apresentar «*dois sobrados, caiada, azulejada, com suas colunas pintadas de verde e como de papelão grudado à parede, com as bases amarelas e os vértices escarlates*» e, particularmente, pelos elementos decorativos desconhecidos na paisagem rural, tais como as sacadas, as vidraças com bandeiras divididas em variadas figuras geométricas, e a arte nova como arte de fantasia farfalhada.

É neste aspecto que o exercício literário de Camilo sobre a «casa do Brasileiro» atinge a sua expressão mais caricatural: «*cor de gema de ovo, com terraço no tecto para quatro estátuas simbólicas das estações do ano, e dois cães de bronze, sobre as ombreiras do portão de ferro, com as armas fundidas, de saliências arrogantes, entre os dois molossos de dentaduras anavalhadas, minazes, como todos os bichos da heráldica*».

A casa do brasileiro pode ser vista em várias perspectivas: uma intrínseca, que lhe dá sentido histórico; outra, mais sociológica, que decorre da diferença das significações atribuídas pelos proprietários e, finalmente, a que é construída

pelos que lhe são exteriores, sendo, por isso, explicada diferenciadamente pelos vizinhos que sempre a legitimaram e pelos escritores urbanizados que a criticaram.

Se, para estes, a sua localização era a cidade, por oposição dicotómica: campo-cidade; classes urbanas-classes rurais, para os vizinhos elas encontravam-se legitimadas no prestígio antigo das famílias de origem dos seus proprietários.

<sup>1</sup> Cf. Orlando Ribeiro, 1991, Ilídio Alves de Araújo, 1956, 1979 e Maria de Fátima S. Brandão, 1994.

<sup>2</sup> António Figueirinhas (prefácio), António Costa, *No Minho*, 2ª. ed., Porto, António Figueirinhas, 1900.

<sup>3</sup> Predominavam no grupo dos emigrantes para o Brasil os masculinos menores de 14 anos, solteiros e proporcionalmente mais alfabetizados dos que analfabetos. Cf. Miguel Monteiro, *Migrantes, Emigrantes e 'Brasileiros' (1834-1926)*, Fafe, Ed. Autor, 2000.

<sup>4</sup> Cf. Maria de Fátima S. Brandão, *Terra Herança e Família no Noroeste de Portugal – O caso de Mosteiro no século XIX*, Porto, Afrontamento, 1994, p. 181.

<sup>5</sup> Cf. Miguel Monteiro, *Migrantes, Emigrantes e 'Brasileiros' (1834-1926)*, Fafe, Ed. Autor, 2000.

<sup>6</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Liv. Civilização, 1964, p. 137.

<sup>7</sup> Relato auto-biográfico de Francisco Leite Lage, manuscrito, Arquivo da Misericórdia-Fafe.

#### Bibliografia

- Carlos C. ALMEIDA, «Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação», *Análise Social*, n.º 42-43, 1975, pp. 203-212.
- Jorge Fernandes ALVES, «Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX», *Revista de História*, vol. IX, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1989, pp. 267-289.
- Jorge Fernandes ALVES, «Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista», in Míriam Halpern PEREIRA et alii (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 78-97.
- Jorge Fernandes ALVES, *Os Brasileiros – Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Ed. Autor, 1994.
- M. L. Marinho ANTUNES, «Migração portuguesa, mobilidade social e identidade cultural», *Análise Social*, n.º 65, pp. 17-28.
- Ilídio Alves de ARAÚJO (1956), «Revolução do Milho Vista duma Aldeia do Minho Serrano», *História & Ideias*, Porto, Afrontamento, 1979.
- Jorge Carvalho ARROTEIA, *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1983.
- Jorge Carvalho ARROTEIA, *Portugal, Perfil geográfico e social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.
- A. de Magalhães BASTO, *Porto e Brasil – Figuras e Factos da História Luso Brasileira*, Porto, Progredior, 1946.

- Maria de Lourdes BELCHIOR, *O Brasil visto por Herculanu*, Separata das Comemorações do Dia da Comunidade Luso-Brasileira, Ponte de Lima, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de Estado das Comunidades/Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1986.
- Pierre BOURDIEU, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.
- Jorge Salazar BRAGA, *A casa do «brasileiro» e a paisagem rural do século XIX*, Separata das Comemorações do Dia da Comunidade Luso-Brasileira, Ponte de Lima, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de Estado das Comunidades/Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1986.
- Mário BRAGA, *As ideias e a vida*, Coimbra, Atlântida, 1958.
- Maria de Fátima S. BRANDÃO, *Terra Herança e Família no Noroeste de Portugal – O caso de Mosteiro no século XIX*, Porto, Afrontamento, 1994.
- Maria de Fátima BRANDÃO, «O bom emigrante à casa torna», in Míriam Halpern PEREIRA et alli (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 163-183.
- Caroline B. BRETTEL, *Homens que Partem, Mulheres que Esperam – consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, D. Quixote, 1991.
- A. M. Pires CABRAL, *A Emigração na Literatura Portuguesa: uma colectânea de Textos*, Porto, Secretaria de Estado da Emigração-Centro de Estudos, 1985.
- Camilo CASTELO BRANCO, *Eusébio Macário*, Porto, Liv. Chardon, s/d., 7ª ed.
- Camilo CASTELO BRANCO, *O Senhor de Paço de Ninhães*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1966.
- Guilhermino CÉSAR, *O «Brasileiro» na Ficção Portuguesa. O Direito e o Avesso de uma Personagem*, Lisboa, Parceria M. Pereira, 1969.
- Paul CLAVAL, *A Nova Geografia*, Coimbra, Almedina, 1987.
- António COSTA, *No Minho*, 2.ª ed., Porto, António Figueirinhas, 1900.
- Júlio DINIS, *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Liv. Civilização, 1964.
- Gilberto FREIRE, *Casa Grande e Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.
- Patrícia GOLDEY, «Migração e relações de produção: a terra e o trabalho numa aldeia do Minho, 1876-1976», *Análise Social*, n.ºs 77-79, 1983, pp. 995-1021.
- Francisco Leite LAGE, Relato auto-biográfico manuscrito, Arquivo da Misericórdia, Fafe.
- Maria Carolina LEITE, «A casa em construção: actores e decisores», in Míriam Halpern PEREIRA et alli (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 193-205.
- José Carlos LOUREIRO, «A casa do Brasileiro», *Os Portugueses e o Mundo – Conferência Internacional (1985)*, vol. VI, Fundação Eng.º António de Almeida, 1989, pp. 33-36.
- Luís de MAGALHÃES, *O Brasileiro Soares*, Porto, Liv. Chardon, 1886.
- Oliveira MARTINS, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1956.
- José Arnado MENDES, «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos», *Análise Social*, n.ºs 116-117, 1992, pp. 357-365.
- Sacuntala de MIRANDA, «Emigração e Fluxos de Capital, 1870-1914», in Míriam Halpern PEREIRA et alli (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 47-62.
- Miguel MONTEIRO, *Migrantes, Emigrantes e 'Brasileiros' (1834-1926) – Territórios, Itinerários e Trajectórias*, Fafe, Ed. do Autor, 2000.
- Miguel MONTEIRO, *Fafe dos «Brasileiros» – Perspectiva Histórica e Patrimonial*, Fafe, Ed. do autor, 1991.
- Miguel MONTEIRO, «O Papel dos 'Brasileiros' nas Vilas do Minho – O Caso de Fafe», *Os Brasileiros da Emigração*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão, 1998, pp. 92-109.
- Paulo Filipe MONTEIRO, *Emigração – O eterno mito do retorno*, Celta, Oeiras, 1993.
- João Arriscado NUNES e Albertino Ribeiro GONÇALVES, «Casa, Comunidade e Espaço Institucional», *Cadernos do Noroeste*, Braga, 1986, pp. 100-112.
- Ernesto Veiga de OLIVEIRA e Fernando GALHANO, *Casas Esguias do Porto e Sobrados do Brasil*, Recife, Pool Editores S/A, 1986.
- Brian Juan O'NEILL, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros – Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Lisboa, D. Quixote, 1984.
- José Manuel PEDREIRINHO, «Arquivos de Arquitectura: as casas dos emigrantes 'brasileiros'», *História*, n.º 98, 1986, pp. 96-100.
- Míriam Halpern PEREIRA et alli (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993.
- João de PINA-CABRAL et alli «A casa do noroeste – um encontro pluridisciplinar», in *Análise Social*, n.º 95, 1987, pp. 151-163.
- João de PINA-CABRAL, «As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho», in *Análise Social*, n.º 80, pp. 97-112.
- João de PINA-CABRAL, *Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, 1991.
- João de PINA-CABRAL, *Filhos de Adão, Filhos de Eva – a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, D. Quixote, 1989.
- Michel POINARD, «Emigrantes Portugueses: o Regresso», in *Análise Social*, n.º 75, 1983, pp. 29-56.
- Eça de QUEIRÓS, *Uma Campanha Alegre*, vol. 2, Porto, Lello, 1978.
- Aquilino RIBEIRO, «A Eleição de Sua Senhoria», in *Casa do Escorpião*, Lisboa, Bertrand, 1963.
- Aquilino RIBEIRO, *A Casa Grande de Romarigães*, Lisboa, Bertrand, 1957.
- Aquilino RIBEIRO, *Tombo no Inferno e O Manto de Nossa Senhora*, Lisboa, Liv. Bertrand, 1963.
- Orlando RIBEIRO, *Geografia e Civilização*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
- Orlando RIBEIRO, *Portugal – O Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 1991.
- João Emílio dos Santos SEGURADO, *Edificações*, Lisboa, Livraria Bertrand, 5ª ed., s.d.
- Joel SERRÃO, *A Emigração Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
- Fernando Emydio da SILVA, *Emigração Portuguesa*, Coimbra, França & Arménio, 1917.
- UMA COMISSÃO DE ESTUDANTES ELEITOS PELO RESPECTIVO CURSO (Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra), *Da emigração em geral e em especial da emigração portuguesa - Relatório apresentado na Aula de Administração e Direito Administrativo*, Coimbra, Imprensa Comercial e Industrial, 1876.
- Irene VAQUINHAS, «A condição camponesa entre o mito e realidade», in José MATTOSO (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 479-492.
- José Augusto VIEIRA, *O Minho Pittoresco*, tomo I, Lisboa, Livraria A. Pereira, 1886.